LUMEN ET VIRTUS

O ensino de graduação em administração contribui para a promoção do desenvolvimento sustentável?

https://doi.org/10.56238/levv15n38-069

Tiago Granjeiro Gama
Graduando em Administração
Universidade Federal do Amapá

Jade Kimberly Serrão de Lima
Graduanda em Administração
Universidade Federal do Amapá

Luis Henrique Lima Monteiro
Graduando em Administração
Universidade Federal do Amapá

Nalimilson Gomes Pinheiro
Mestre em Desenvolvimento Regional
Universidade Federal do Amapá

Ananias Costa Oliveira
Doutor em Administração
Universidade Federal do Amapá

Glauber Ruan Barbosa Pereira
Doutor em Administração
Universidade Federal do Amapá

RESUMO
Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um tema crítico na agenda de ações de várias frentes sociais, incluindo a educação, devido ao seu potencial como componente-chave para enfrentar novos desafios e promover ações sustentáveis. Este estudo investiga em que medida os processos de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de administração estão alinhados com a Agenda 2030 na missão de promover o Desenvolvimento Sustentável. Com uma abordagem qualitativa e tipologia exploratória e descritiva, são utilizadas fontes primárias decorrentes de entrevistas com discentes e docentes, além de fontes secundárias provenientes de documentos do curso de administração da Universidade Federal do Amapá, cobrindo um período de 13 anos. Os resultados destacam um maior alinhamento das práticas de ensino, pesquisa e extensão do curso de administração aos ODS que tratam do trabalho decente e crescimento econômico, indústria, inovação e infraestrutura, e paz, justiça e instituições eficazes. Por outro lado, os ODS relacionados à erradicação da pobreza, igualdade de gênero e água potável e saneamento carecem de maior atenção nas ações documentadas nas diretrizes e instrumentos de planejamento acadêmico do curso. Além disso, a maioria dos atores percebe como importante incorporar práticas sustentáveis nas ações do curso de administração, contudo ainda há barreiras que

dificultam essa implementação prática, como falta de iniciativa gerencial, engessamento normativo e paradigmas culturais.

Palavras-chave: Administração, Desenvolvimento Sustentável, Educação, ODS.

1 INTRODUÇÃO

A reflexão sobre o desenvolvimento sustentável (DS) tem sido uma baliza na condução das ações empresariais e sociais, moldando o caminho para a construção de sociedades mais equitativas. Desenvolver de forma sustentável não se limita ao atendimento de padrões ambientais, como comumente se acredita em muitas sociedades. Trata-se de uma abordagem estratégica para enfrentar os desafios prementes que afetam a humanidade em diversas frentes, como a erradicação da pobreza, redução das desigualdades sociais e a carência da criação de políticas públicas em diferentes fronteiras sociais. Isso implica em reconhecer a interdependência entre o bem-estar humano e a saúde do planeta.

Um modelo de desenvolvimento que proponha uma agenda coletiva de mudanças na forma como as sociedades e economias funcionam e como os seres humanos se relacionam com a biosfera é fundamental para solucionar problemas reais que afligem as sociedades em diversos níveis. Um exemplo claro desse tipo de ferramenta é a Agenda 2030. Trata-se de diretrizes firmadas por diversos países, governos e empresas, que traçam ações voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável. Essa agenda é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que representam um esforço coletivo para colocar a sustentabilidade nas agendas públicas mundiais no enfrentamento de desafios globais. Dentre esses, podem-se citar problemas graves, tais como a pobreza extrema, a fome, a emergência climática, as desigualdades sociais, as crises humanitárias, a destruição da biosfera e a erosão das democracias.

Ao analisar a questão do DS sob uma perspectiva local e regional, torna-se evidente que o Estado do Amapá enfrenta diversos desafios implicados na Agenda 2030, como é o caso de possuir a terceira maior taxa de desemprego no país, de 12,4% (GTSC A2030, 2019). Ainda segundo a Secretaria de Estado do Planejamento, o PIB do Estado do Amapá em 2019 foi estimado em R$ 17,50 bilhões, e sua participação na economia nacional foi de apenas 0,2%, no mesmo ano. Este fator econômico desencadeia outras problemáticas, como a falta de acesso da população ao saneamento básicoe água potável. Dados do Estudo sobre os Avanços do Novo Marco Legal do Saneamento Básico no Brasil de 2024 (ITB, 2022) mostram que quase metade da população do Amapá não possui acesso à água tratada e aproximadamente 88% não têm o serviço de esgoto. Além disso, a educação básica também é um motivador de preocupação no que tange a população amapaense. Segundo o Anuário de Educação Básica 2021 (BRASIL, 2021), apenas 20,2% dos alunos da rede pública terminam o Ensino Fundamental com aprendizagem adequada em língua portuguesa. No Ensino Médio, são 17,2%. Ainda segundo o AEB (2021), 56 de cada 100 jovens do estado do Amapá concluem o Ensino Médio até os 19 anos.

Nesse contexto, compreende-se um reflexo social, econômico e educacional precário para uma parte considerável da população residente no estado do Amapá, principalmente a classe mais jovem

que, ao perceber a falta de apoio do Estado para gerar oportunidades de educação, desenvolvimento profissional e dignidade, pode tender à criminalidade.

Para formular estratégias e ações que possibilitem a superação desses desafios, é fundamental um esforço conjunto e coordenado por aqueles que têm efetiva capacidade para impulsionar transformações. Dentre esses agentes locais, pode-se citar os governos, as empresas, a sociedade e as instituições de ensino.

A Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), destacada como agente de inovação, desempenha papel crucial na promoçãode mudanças sociais, especialmente no ensino, na pesquisa e na extensão. Diante desse cenário, essa instituição emerge como um catalisador de esforços para enfrentar os inúmeros desafios regionais, pois tem como missão institucional a formação de cidadãos e o desenvolvimento social, econômico, ambiental,tecnológico e cultural da Região Amazônica.

Por meio dos seus cursos de graduação e pós-graduação, envoltos na tríade universitária de ensino, pesquisa e extensão, a UNIFAP é responsável pela condução dos processos de mudança no que tange suas respectivas áreas deconhecimento e atuação. Para tanto, é fundamental que seus cursos estejam atentos às demandaslocais e regionais, alinhadas ao desenvolvimento do Estado, conforme preconiza o seu Plano de Desenvolvimento Institucional vigente (UNIFAP, 2020).

O curso de Administração da UNIFAP, iniciado em 2013, tem como propósito central promover a responsabilidade social e contribuir para o desenvolvimento sustentável, conforme delineado em seu projeto pedagógico (UNIFAP, 2012). Logo, torna-se crucial avaliar suas contribuições para o Desenvolvimento Sustentável à luz do acordo global em vigor para o DS. Essa avaliação requer uma visão mais abrangente por parte dos docentes e discentes sobre o tema, bem como sobre as reais contribuições do curso para os ODS da Agenda 2030.

Este estudo é importante pois avalia os processos de ensino, pesquisa e extensão do curso de administração. Desse modo, o objetivo deste estudo é analisar as contribuições do curso de administração da UNIFAP, em termos de ações e estratégias de ensino, pesquisa e extensão, para promover o desenvolvimento sustentável, alinhadas aos ODS da Agenda 2030.

Este trabalho é organizado em cinco seções: a primeira apresenta a introdução e a problematização; a segunda apresenta a fundamentação teórica, que inclui a discussão sobre Desenvolvimento Sustentável e o papel das Instituições de Ensino Superior para o DS; a terceiraaborda os materiais e métodos utilizados, que inclui o sujeito de pesquisa, delineamento do estudo, procedimentos específicos e análise dos dados; a quarta seção apresenta os resultados ediscussões; e, a quinta apresenta as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE

O termo desenvolvimento sustentável surgiu a partir de estudos da Organização dasNações Unidas sobre as mudanças climáticas, como uma resposta para a humanidade perante acrise social e ambiental pela qual o mundo passava a partir da Segunda metade do século XX (GONÇALVES, 2005). O DS é multidimensional, pois incorpora diferentes aspectos da sociedade, buscando a proteção ambiental e manutenção do capital natural para alcançar a prosperidade econômica e a equidade para as gerações atuais e futuras (SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014).

As ações voltadas para o DS devem envolver não somente a dimensão ambiental, mas a social e econômica, visto que seu objetivo é proteger a riqueza global referente aos bens e direitos financeiros, recursos naturais e qualidade de vida que são meios comuns que abrangema sociedade.

Para Van de Kerk e Manuel (2008), uma sociedade sustentável é aquela em que cada indivíduo pode (1) desenvolver-se de uma maneira saudável, (2) obter educação adequada, (3) viver em um ambiente limpo e (4) em uma sociedade equilibrada e segura, (5) usar os recursos não renováveis de modo responsável, de forma que as gerações futuras não fiquem de mãos vazias, e (6) contribuir para um mundo sustentável.

Na sua essência, o desenvolvimento sustentável é um processo transformacional no qual o uso de recursos, a orientação econômica do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional coordenam e melhoram o potencial atual e futuro para satisfazer as necessidades e carências humanas, tanto das gerações presentes quanto das futuras (ELKINGTON, 1997).

O discurso da sustentabilidade tem se intensificado ao longo das últimas décadas, trazendo à tona uma série de inquietações relevantes ao debate sobre questões a ela relacionadas (FARIAS; COELHO; COELHO, 2019). O conceito proposto por Elkington (1997) se refere à satisfação das necessidades e à busca do equilíbrio das dimensões conhecidas como "*triple bottom line"* (tripé da sustentabilidade) ou 3P da sustentabilidade, no inglês *"people, planet and profit"* (pessoas, planeta e lucro, tradução nossa).

Contudo, havia a necessidade de englobar essas dimensões na sociedade de maneira interconectada, ou seja, com ligação entre essas medidas para torná-las estratégicas para uma nova filosofia de desenvolvimento. Assim, aprovada em dezembro de 2015 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, surgiu a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que é um guia de ação estratégico para o alcance do desenvolvimento econômico, social e ambiental. Inicialmente, 193 países a subscreveram, de forma a mobilizar esforços globais em direção a um desenvolvimento mais sustentável e considerando as interconexões complexas entre os desafios enfrentados historicamente pelo planeta.

2.2 A AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Agenda 2030 representa um marco para o alcance do desenvolvimento sustentável. É resultante do amadurecimento de mais de meio século de discussões em torno de estratégias para enfrentar os desafios contemporâneos. É um dos acordos globais mais abrangentes da história recente e representa a declaração mundial vigente para alcançar o desenvolvimento sustentável. É também a maior expressão de articulação internacional para garantia de desenvolvimento humano pleno da sociedade internacional (SILVEIRA; SOUSA,2020).

Sob o lema de "não deixar ninguém para trás", o documento "Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável" foi aprovado durante a Cúpuladas Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015. Composta de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), elaborados como uma extensão e continuidade às conquistas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), e buscar atingir suas metas inacabadas do acordo firmado na Cúpula do Milênio, em 2000.

A Agenda 2030 visa à promoção do desenvolvimento sustentável de forma integrada e equilibrada, considerando as dimensões sociais, ambientais, econômicas, políticas e institucionais, e respeitando as particularidades e contextos dos países e suas regiões. Os 17 ODS da Agenda 2030, vide Figura 1, têm uma abrangência transversal que inclui múltiplos campos de atuação, como a erradicação da pobreza e da fome, a promoção da igualdade de gênero e a proteção dos recursos naturais e da biodiversidade (ONU, 2015). A agenda visa também garantir acesso equitativo à educação de qualidade, ao bem-estar físico, mental e social, à água potável e ao saneamento, a habitats humanos seguros e resilientes, à energia confiável e sustentável, ao trabalho decente e à promoção da democracia, da boa governança e do Estado de direito. Estes são aspectos cruciais para a promoção efetiva do desenvolvimento sustentável.

Figura 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Adaptado de ONU (2015).

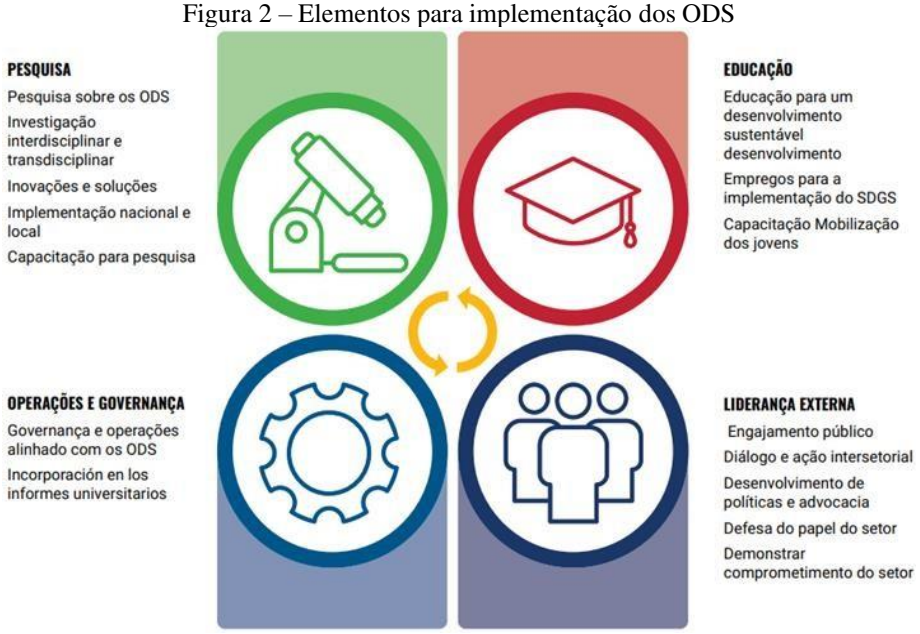
Embora muitos dos temas abordados pela Agenda 2030 tenham sido tratados em declarações e acordos multilaterais anteriores, a novidade está na forma como estas questõesestão organizadas e sintetizadas em metas quantificáveis. Isto facilita a implementação, o acompanhamento e a revisão. Outra novidade é que a Agenda é resultado de um esforço coletivo, com a participação ativa de diversos setores da sociedade, o que a torna aplicável globalmente em todos os países, em diversos graus de desenvolvimento (BARBIERI, 2020).

2.3 CONTRIBUIÇÃO DAS UNIVERSIDADES PARA O DS

As universidades, pela natureza intrínseca de suas atividades, constituem-se como um dos protagonistas no enfrentamento dos desafios da atualidade que se sobrepõem aos problemas do passado. O esforço exercido em torno da construção da Agenda 2030 visa atenuar e erradicar esses problemas em contextos globais.

Nesse contexto, o engajamento das universidades é crucial para a implementação dos ODS da Agenda 2030 nos diversos contextos e realidades, dada a abrangência e o caráter inclusivo de seus objetivos. As particularidades dos processos universitários oferecem condições propícias para criação de estados sinergéticos com os demais agentes da sociedade (LEIVA ENRIQUE; ALDERETE BARRIOS; GALEANO SÁNCHEZ, 2021). A função crítica das universidades é orientar a sociedade na implementação dos ODS, vide Figura 2.

Figura 2 – Elementos para implementação dos ODS



Fonte: Adaptado de SDSN (2020).

A contribuição do setor universitário é imprescindível para o alcance pleno de qualquer ODS. A efetivação desses objetivos está intrinsecamente ligada às atividadesfundamentais das universidades,

como educação, pesquisa, inovação, e seu papel crucial em liderança cívica, social e comunitária (SDSN, 2017).

Contudo, para alcançar a efetividade de uma agenda global, é primordial a ampla divulgação e conscientização entre todos os atores envolvidos. A comunidade universitária, como agente-chave, precisa não somente estar ciente, mas internalizar os ODS da Agenda 2030. Essa apropriação é fundamental para permitir a formulação de estratégias institucionais e a implementação de ações alinhadas com as metas dos ODS, nos diversos níveis institucionais (SAVEGNAGO; GOMEZ; DALLA CORTE, 2022).

Tendo em vista o papel crucial das instituições de ensino superior na promoção e alcancedos ODS, pesquisas têm sido conduzidas globalmente para destacar sua importância nesse processo (SERAFINI; MOURA, 2021). Essa relevância é respaldada pela premissa fundamental de que, ao serem compreendidas como bens públicos, as universidades podem contribuir de maneira efetiva e significativa para a realização dos ODS (FIOREZE, 2022).

O envolvimento ativo das universidades na implementação dos ODS é viável, uma vezque operam em quatro dimensões cruciais: i) ensino e formação; ii) investigação; iii) gestão institucional; e iv) impacto social (SERAFINI; MOURA, 2021). Essas dimensões oferecem às universidades uma plataforma abrangente para desempenhar um papel vital na consecução desses objetivos.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo foi realizado na UNIFAP, em Macapá, Amapá. Criada pelo Decreto nº. 98.977, de 2 de março de 1990, a UNIFAP tem como missão construir e compartilhar saberes e práticas de forma inovadora, com qualidade, nas ações de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo com o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica (UNIFAP, 2022). A referida universidade possui 52 cursos de graduação e 23 programas de pós-graduação, atendendo a uma comunidade estudantil de 11.340 alunos.

O objeto de estudo são as ações do Curso de Administração da UNIFAP. A aprovação do Curso ocorreu por meio da Resolução do Conselho Universitário (CONSU) nº. 040, de 22 de novembro de 2013. Sua implantação e efetivo funcionamento ocorreu no ano de 2014 com ingresso de 100 alunos no primeiro processo seletivo. O curso tem como missão graduar profissionais administradores para atuar no cenário organizacional com competências, críticase transformadoras, para promoverem e participarem da melhoria da gestão na perspectiva produtiva, de processos e de desenvolvimento das organizações públicas e privadas, utilizando-se dos diferentes recursos administrativos, das novas tecnologias da informação, da comunicação e inovação. Dentre seus objetivos consta a promoção e disseminação dos valoresrelacionados à responsabilidade social, para contribuir para a difusão e

aplicação de conhecimentos e técnicas que promovam o desenvolvimento sustentável (UNIFAP, 2012).

Diante disso, este estudo torna-se um instrumento analítico para aprimorar as ações do curso de Administração da UNIFAP, ao analisar o alinhamento de suas diretrizes e ações aos aos ODS da Agenda 2030, nas dimensões social, econômica, ambiental e institucional.

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa do tipo exploratório e descritiva. Primeiramente, delineia-se o fenômeno sem cruzamento de variáveis, oferecendo clareza descritiva de características que nem sempre estão prontamente disponíveis (VOLPATO, 2015). Em segundo lugar, explora-se a novidade do tema no contexto da UNIFAP e do Curso, exigindo familiarização teórica com o tema, proporcionando prospecções necessárias para investigações ulteriores (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Ao abordar a trajetória do Curso de Administração ao longo dos seus 10 anos de existência (2014-2023) e relacionar seus processos aos ODS da Agenda 2030, esta pesquisa evidencia a visão amplificada da interrelação das ações e práticas do curso ao desenvolvimento sustentável. Em suma, analisa-se as atividades de ensino, pesquisa e extensão, projetando o grau de absorção dos ODS em suas narrativas. Essa análise crítica busca contribuir para a sincronia e sinergia na incorporação dos ODS nas práticas do Curso.

Para atingir o objetivo deste estudo, a coleta e análise dos dados foram organizadas em canais distintos, cada um vinculado diretamente às informações desejadas, organizados em duas etapas: (1) análise documental e (2) análise de percepção de atores envolvidos.

Etapa 1: análise documental aprofundada. Baseou-se no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Administração, Relatórios de Projetos de Pesquisa, arquivo eletrônico da Coordenação do Curso, sítios eletrônicos e o Sistema de Gestão das Atividades Acadêmicas (SIGAA). Nas atividades de ensino, foram analisados os Componentes Curriculares do PPC vigente. Na extensão, foram examinados os projetos formalizados, enquanto na pesquisa foram considerados os projetos formalizados e os TCC dos discentes. A classificação das ações em cada grupo de atividade foi realizada utilizando como referência a lista de palavras-chave criada pelo do IPEA em colaboração com o CNJ. Isso exige o exame de cada processo, estabelecendo conexões com os objetivos da Agenda 2030. Esse método permitiu identificar estatisticamente quais objetivos de desenvolvimento são mais ou menos abordados no contexto estudado.

Etapa 2: Análise de percepção de atores envolvidos. Nesta etapa, discentes e docentes foram indagados por meio do preenchimento de um questionário do *Google Forms*.O questionário online, composto por perguntas objetivas e subjetivas, abordou elementos cruciais para compreender a perspectiva dos participantes do curso de Administração da UNIFAP sobre o desenvolvimento sustentável, seguindo tipos específicos de perguntas e níveis de respostas, baseadas na recomendação

de Miranda (2020). As respostas foram classificadas por semestre, permitindo analisar se alunos mais avançados têm maior consciência sobre o tema. Ao final da coleta e tratamento dos dados, obteve-se o seguinte cenário, conforme Quadro 1:

Quadro 1 – Quantidade de dados coletados na pesquisa

Nicho	Nº de Ações Analisadas
Componente Curricular	47
Projetos de extensão	6
Projetos de pesquisa	11
Trabalhos de Conclusão de Curso	15
Respondentes Docentes	3
Respondentes Discentes	37

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A análise de dados de ensino, pesquisa e extensão seguiu o método de análise de conteúdo de Bardin (2011), envolvendo as seguintes etapas: (1) pré-análise inicial de leitura, uma exploração mais detalhada através de leitura aprofundada; (2) tratamento dos resultados, com interpretação e agrupamento dos termos. Isso foi feito considerando a relevância e frequência das palavras-chave.

A discussão considerou o grupo de ações em cada dimensão do tripé universitário, por ano e por ODS. As representações gráficas foram utilizadas para ilustrar a frequência das açõesno interstício pesquisado, permitindo identificar os períodos com maior e menor número de ações. Além disso, foram identificados os ODS com maior e menor frequência em cada grupo de atividade. As respostas do formulário foram analisadas qualitativa e quantitativamente, possibilitando o entendimento subjetivo do contexto no local pesquisado e suas consequências.Após a aferição dos resultados, foram criados gráficos referentes à quantidade de cada resposta, a fim de identificar qual a tendência dos respondentes em relação ao tema.

A análise de conteúdo emerge como uma abordagem metodológica de pesquisa empregada para a descrição e interpretação do conteúdo presente em diversas formas de comunicação (BARDIN, 2011). Essa análise conduzida de maneira sistemática, seja qualitativa ou quantitativa,proporciona uma reconstrução das mensagens, possibilitando uma compreensão mais profunda de seus significados (MORAES, 1999).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

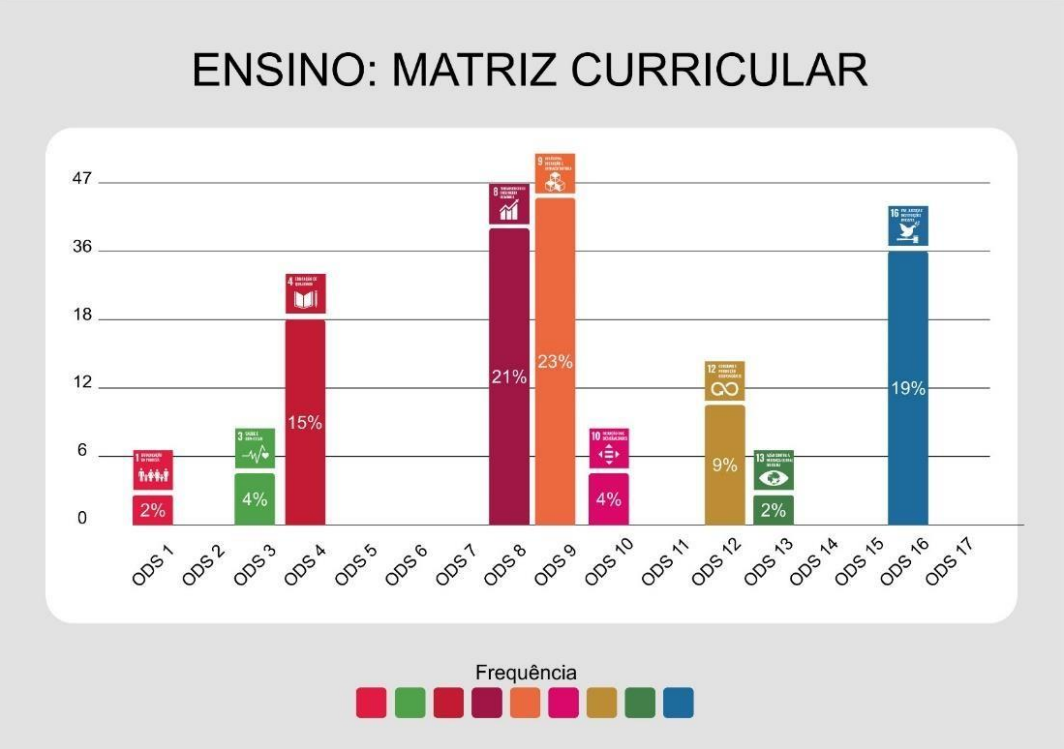
A seguir, são apresentados os resultados, seguindo uma lógica de discussão baseada no tripé ensino, pesquisa e extensão, bem como na percepção dos atores entrevistados.

4.1 ENSINO

Foram analisados 47 componentes curriculares (CC) que compõem a matriz curriculardo curso de Administração. Após classificar os CC em relação aos 17 ODS da Agenda 2030, foi possível realizar a constatação representada na Figura 3.

Entre os ODS analisados, os mais abordados neste grupo de atividades foram o ODS 9 Indústria, Inovação e Infraestrutura, com 23%, seguido pelo ODS 8 Trabalho Decente e Crescimento Econômico, com 21 %, e o ODS 16, Paz, Justiça e InstituiçõesEficazes, com 19 %. O ODS 4, Educação de Qualidade também aparece na análise, com uma taxa de abordagem de 15%. Essa distribuição mostra o reconhecimento de múltiplas dimensões do desenvolvimento sustentável. A análise também identificou baixa frequência dos ODS 12 (9%), ODS 3 (4%), ODS9 (4%), seguido pelos ODS 1 (2%), 13 (2%), em que a soma não ultrapassa 22% dos CC analisados, indicando falta de ênfase ou atenção a essas áreas específicas.

Figura 3 - Gráfico de resultados referentes ao Ensino



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Por outro lado, a análise constatou a inexistência de CC correspondente ao Objetivo 2, 5, 6, 7, 11, 14, 15, 17, respectivamente, Fome Zero, Igualdade de Gênero, Água Limpa e Saneamento, Energia Acessível e Limpa, Cidades e Comunidades Sustentáveis, Vida na Água,Vida Terrestre e Parcerias e Meios de Implementação.

Nesta análise, reconhece-se a necessidade de uma estrutura abrangente para orientar a educação e ação em direção a um futuro sustentável e inclusivo. A efetividade dos ODS requer o comprometimento coletivo e abrangente, indo além de uma abordagem pontual e isolada nas

disciplinas ofertadas (CANEZIN; ARAÚJO, 2024) e que exige a articulação entre diversas disciplinas do Curso. Nesse contexto, é imperativo construir uma universidade que cumpra integralmente seu papel, estendendo-se além da formação profissional para engajar profissionais em suas realidades locais (ASSIS; BONIFÁCIO, 2011).

4.2 PESQUISA

A pesquisa desempenha um papel crucial na transformação das interações sociais e econômicas para atingir os ODS, consolidando conhecimento, base empírica e soluções inovadoras (SDSN, 2017). Cabe à universidade a responsabilidade de cultivar a consciência, habilidades e valores essenciais para um mundo justo e sustentável, utilizando sua liberdade acadêmica, massa crítica e diversidade de habilidades para enfrentar os desafios da sociedade, promovendo ações ousadas em busca de soluções (CORTESE, 2003).

Esta dimensão de análise contemplou duas categorias de atividades: projetos de pesquisa e trabalhos de conclusão de curso (TCC) elaborados no interstício de 2014-2023, sendo os dois inseridos em uma única categoria denominada Projetos de Pesquisa, conforme a Figura 4. Os dados foram obtidos de acordo com a disponibilidade dos registros fornecidos pela UNIFAP.

Figura 4 - Gráfico de resultados referentes às Pesquisas



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Dentre o período contemplado, é possível analisar que nenhuma pesquisa se relacionou com os ODS 1, 5, 6, 7, 13, 14 e 15. Estes objetivos dizem respeito à erradicação da pobreza, igualdade de gênero, água potável e saneamento, energia limpa e acessível, ação contra a mudança global do clima, vida na água e vida terrestre, respectivamente.

Os ODS mais contemplados nas pesquisas, segundo a metodologia, foram 4, 8, 9, 11 e 5. Eles remetem-se aos temas, educação de qualidade, trabalho decente e crescimento econômico, indústria, inovação e infraestrutura, cidades e comunidades sustentáveis e igualdade de gênero. Os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 contemplados com menor frequência, foram 2, 3, 10, 12 e 17, que se referem aos temas fome zero e agricultura sustentável, saúde e bem-estar, redução das desigualdades, consumo e produção responsáveis e parcerias e meios de implementação, respectivamente.

O curso de Administração não apenas deve estimular a pesquisa sobre os ODS, mas também promover a inovação para o desenvolvimento sustentável. Isso inclui focar nas áreasconsideradas prioritárias, alinhadas às competências do Administrador. Portanto, é crucial que o curso não negligencie pesquisas em outras áreas igualmente relevantes nas atividades de pesquisa.

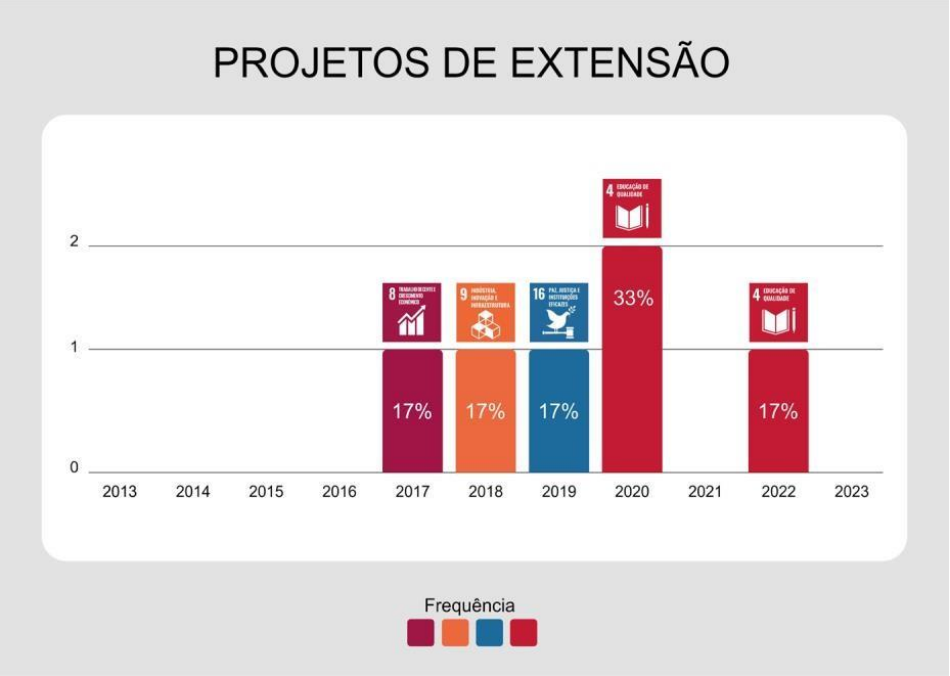
4.3 EXTENSÃO

A Extensão Universitária, integrada à matriz curricular e à pesquisa, é um processo interdisciplinar que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superiore a sociedade (BRASIL 2018). Na UNIFAP, é indissociável do ensino e da pesquisa,materializando-se em cursos, programas, projetos e atividades complementares que integram ainstituição à comunidade local (UNIFAP, 2020).

Neste grupo de atividades foram analisados 6 projetos de extensão registrados no período de 2013-2023. Após classificar os CC em relação aos 17 ODS da Agenda 2030, foi possível realizar a constatação representada na Figura 5.

Dentre os ODS analisados, os mais abordados neste grupo de atividade foram o ODS 4, com destaque de 33% em 2020 e 17% em 2022, seguido pelo ODS 16 e o ODS 9, ambos com 17%. O ODS 8 também foi notado na análise, com uma taxa de abordagem de 17%. Identificou-se a ausência de propostas correspondentes aos objetivos 1, 2, 3, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 14 e 15, e uma frequência baixa nos ODS 8 (17%), ODS 9 (17%), ODS 16 (17%) e ODS 4 (17%).

Figura 5 – Gráfico de resultados referentes aos projetos de extensão



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A eficaz implementação dos ODS requer que as universidades assumam a liderança social, iniciem e facilitem o diálogo e ação intersetorial, desenhem políticas baseadas na Agenda 2030 e fortaleçam o compromisso público com ela (SDSN, 2017). Posicionadas estrategicamente na sociedade, tanto individualmente quanto coletivamente, podem desempenhar um papel crucial ao orientar, guiar e apoiar respostas nos âmbitos local, nacionale internacional para os ODS. O sucesso na consecução dos ODS dependerá da ação ecolaboração dessas instituições com os demais setores.

A análise das prioridades dos cursos nas atividades de extensão da UNIFAP revelou a necessidade da reflexão sobre a política de extensão do Curso, com iniciativas para fortalecer onúmero de projetos, fomentar projetos em áreas não abrangidas e fortalecer os projetos e programas nos ODS com maior ocorrência.

4.4 PERCEPÇÃO DOS DOCENTES E DISCENTES

Os resultados da pesquisa revelam que a maioria (57%) dos entrevistados considera a incorporação de práticas sustentáveis importantes no cotidiano. Contudo, 52,5% são céticos quanto às iniciativas do curso alinhadas aos DS e ODS da Agenda 2030. 40% acredita que o Curso de Administração desempenha papel relevante na promoção dos desenvolvimento sustentável, todavia 25% considera que o Curso pouco tem contribuído com esse propósito.

Os resultados mostram barreiras como a falta de conscientização sobre DS e ODS, recursos limitados, resistência à mudança, integração curricular deficiente e desafios institucionais. Superar tais obstáculos exigirá esforços coordenados de diversas partes interessadas para uma abordagem mais holística e eficaz no desenvolvimento sustentável. As universidades, por meio de seus cursos e

processos, desempenham um papel vital na implementação ODS. Para fortalecer o compromisso público, elas devem organizar eventos, conferências e fóruns, promovendo conscientização e diálogo interativo sobre as açõesnecessárias para alcançar os ODS.

Facilitar o diálogo intersetorial também é importante, utilizando a universidade como uma plataforma neutra para discussões e colaboração na busca de soluções. Além disso, devem assumir o protagonismo no desenvolvimento de políticas e promoção do desenvolvimento sustentável, trabalhando com responsáveis pelas políticas, identificando problemas e fornecendo orientação. Para demonstrar a importância do setor universitário, é essencial liderar debates, criar alianças com outras instituições e desenvolver ferramentas de apoio aos esforços nacionais e regionais.

Savegnago, Gomez e Dalla (2022) destacam, conforme Figura 6, as contribuições centrais das universidades para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os autores observam que as instituições de ensino superior têm adotado práticas e serviços sob a perspectiva do DS.

Figura 6 - Resumo das contribuições das universidades para os ODS



Fonte: Adaptado de Savegnago, Gomez e Dalla (2022).

Dada a urgência e a escala desafiadora de cumprir os ODS até 2030, é imperativo ampliar e envolver todos os atores do contexto universitário. Isso significa acelerar o desenvolvimento sustentável por meio de ações concretas e compartilhadas entre diversos setores. Em última análise, para efetivar esse compromisso, as universidades precisam integrar os princípios dos ODS em suas atividades, tornar públicos seus compromissos e participar ativamente de iniciativas de destaque em apoio aos ODS (SDSN, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os ODS delineados na Agenda 2030 apresentam desafios significativos, exigindo transformações substanciais. Nesse contexto, a universidade, através de seus cursos e da tríade universitária, emerge como um agente essencial para abordar esses desafios.

A análise das contribuições do Curso de Administração da UNIFAP ao longo de 13 anos na promoção dos ODS revela que o curso desempenha, ainda que de maneira incipiente,um papel crucial

nesse processo. Seus processos, contudo, evidenciam desequilíbrio e baixa coordenação, focalizando predominantemente nos ODS 8, 9 e 16 em detrimento dos ODS 1, 5, 6, 7, 13, 14 e 15, que recebem menos destaque e, segundo, a técnica empregada, permanecempraticamente inexistentes.

Este estudo fornece uma oportunidade para o curso repensar a incorporação da Agenda2030 de maneira planejada, coordenada e transversal em suas diretrizes e ações. É importante que a gestão do curso dialogue com seus membros, explorando novas perspectivas de integração da Agenda. Este instrumento pode se tornar um guia para políticas e estratégias, abraçando os desafios contemporâneos doprofissional de Administração. A reflexão sobre a integração da Agenda 2030 nos instrumentos de planejamento estratégico, projeto pedagógico, diretrizes de pesquisa e extensão, e processos administrativos é essencial para a implementação de uma filosofia mais sustentável entre os atores principais.

Essas considerações extrapolam o âmbito do curso de Administração da UNIFAP, sendo aplicáveis a toda a instituição e outras organizações que enfrentam o desafio de implementar e promover os ODS da Agenda. Elas sublinham a necessidade premente de um planejamento, gerenciamento e controle mais eficazes para enfrentar os desafios atuais, visando aprimorar a qualidade de vida e promover uma sociedade mais justa e equitativa.

REFERÊNCIAS

ASSIS, R. M. de; BONIFÁCIO, N. A. A formação docente na universidade: ensino, pesquisa e extensão. Educação e Fronteiras, v. 1, n. 3, p. 36-50, 2011.

BRASIL. Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021. São Paulo: Editora Moderna, 2021

BRASIL. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n.º 13.005/2014. Brasília, DF: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. 2018.

BARBIERI, J. C. Desenvolvimento sustentável: das origens à Agenda 2030. Editora Vozes, 2020.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011. Tradução de: L'Analyse de Contenu.

CANEZIN, L. B.; ARAÚJO, G. C. de. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Ensino Superior: um estudo com os estudantes do curso de administração. In: XVII Congresso Virtual de Administração (2020), 17., 2020, São Paulo. Anais [...] . São Paulo: Convibra, 2020. p. 1-17.

CORTESE, Anthony D. The critical role of higher education in creating a sustainable future. Planning for higher education, v. 31, n. 3, p. 15-22, 2003.

ELKINGTON, John. The triple bottom line for 21st century business. Journal of Experimental Psychology: General, v. 136, 1997.

FARIAS, L. C.; COELHO, A. L. de A. L.; COELHO, C. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e educação para a sustentabilidade: análise das concepções de sustentabilidade de estudantes de Administração em uma instituição superior pública. Administração: ensino e pesquisa, v. 20, n. 3, p. 796-836, 2019.

FIOREZE, C. As universidades comunitárias e os ODS: entre o compromisso com o bem público e a submissão ao mercado. Revista do centro de ciências da educação, 2022, v. 40, n. 3, p. 1-19, 26 set. 2022.

GONÇALVES, D. B. Desenvolvimento sustentável: o desafio da presente geração. Revista espaço acadêmico, v. 5, n. 51, p. 1-7, 2005.

GTSC A2030. Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030. III Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil. 2019. ed. Recife: GTSC A2030 - União Europeria, 2019. 92 p.

ITB. Instituto Trata Brasil Saneamento e Saúde. Estudo sobre os avanços do novo marco legal do saneamento básico no Brasil de 2024 (SNIS, 2022). São Paulo: Associados, 2024. 83 p.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. Atlas, 2003.

MIRANDA, S. Estratégias didáticas para aulas criativas. Papirus Editora, 2020.

LEIVA ENRIQUE, M. G.; ALDERETE BARRIOS, T. D.; GALEANO SÁNCHEZ, J.. Alianza entre las Universidades del Corredor Bioceánico y los Objetivos de Desarrollo Sostenible. Interações, v. 22, n. 4, 2021.

MORAES, R. Análise de conteúdo. Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

ONU. Organização das Nações Unidas. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wpcontent/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf > Acesso em 20.jul.2024.

SARTORI, S.; LATRÔNICO, F.; CAMPOS, L. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. Ambiente & sociedade, v. 17, p. 01-22, 2014.

SERAFINI, P. G.; MOURA, J. M.. Integrando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Universidades Brasileiras: Experiências e Desafios. GradusEditora, Bauru, São Paulo, 2021.

SAVEGNAGO, C. L.; GOMEZ, S. R. M.; DALLA CORTE, M. G. A agenda 2030 nas universidades federais brasileiras: um estudo exploratório. Humanidades & Inovação, v. 9, n. 14, p. 226-238, 2022.

SDSN (2017). Introdução aos ODS em universidades: um guia para universidades, instituições de ensino superior e o setor acadêmico. Austrália, Nova Zelândia e Edição do Pacífico, Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável - Austrália / Pacífico, Melbourne http://ap-unsdsn.org/university-sdg-guide.

SILVEIRA, M. S; SOUSA, N. C. V. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Saúde Mental: discussões à luz do conceito de desenvolvimento sustentável em contextos amazônicos. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, v. 9, n. 18, p. 124-154, 2020.

UNIFAP. Universidade Federal do Amapá. Projeto Pedagógico Do Curso de Bacharelado em Administração. Macapá, 2012.

UNIFAP. Universidade Federal do Amapá. Plano de Desenvolvimento Institucional: 2020-2026. Macapá: UNIFAP, 2020. 198 p.

VAN DE KERK, G.; MANUEL, A. R. A comprehensive index for a sustainable society: The SSI—the Sustainable Society Index. Ecological Economics, v. 66, n. 2-3, p. 228-242, 2008.

VOLPATO, Gilson Luiz. O método lógico para redação científica. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, v. 9, n. 1, 2015.